

**SOBRE A ARTICULAÇÃO ENTRE LINGUAGEM E
INTENCIONALIDADE NA FILOSOFIA DE JOHN SEARLE:
RESENHA DO LIVRO *LINGUAGEM E INTENCIONALIDADE*
(GUARAPUAVA: APOLODORO VIRTUAL EDIÇÕES, 2019), DE
J. M. CARVALHO**

José Gladstone Almeida Júnior¹

ORCID iD: 0000-0003-4267-8146

Publicado pela Apolodoro Virtual Edições, *Linguagem e intencionalidade* discute um tema instigante sobre o qual se evidencia a convergência entre reflexões da área de filosofia da linguagem e da área de filosofia da mente. A professora e filósofa Joelma Marques de Carvalho, autora do livro, é uma pesquisadora experiente nestas áreas de estudo. Especialista no pensamento de John Searle, um dos filósofos mais influentes da atualidade, publicou outros diversos artigos e livros acerca desta temática. Seu principal objetivo na presente obra consiste na exposição e análise crítica da articulação realizada pelo filósofo estadunidense entre essas duas noções.

De acordo com Searle, uma teoria da linguagem é plenamente desenvolvida apenas quando lança luz sobre a relação que esta mantém com a mente. Mais especificamente, todo ato de fala está fundamentado em estados intencionais, de modo que a filosofia da linguagem se configura como um ramo da filosofia da mente. Diante disto, Carvalho propõe analisar a pertinência da perspectiva searleana e o seu alcance explicativo com base em duas questões cruciais que são intimamente conectadas. (1) Esta teoria da linguagem recai em um psicologismo? Ou seja, esta teoria de alguma forma retira a linguagem da esfera da objetividade e a transforma em algo essencialmente subjetivo? (2) A intencionalidade é, de fato, um componente necessário para a determinação do significado e da referência? Invariavelmente os conceitos semânticos devem ser explicados em termos de conceitos intencionais?

Para alcançar seu objetivo e responder às questões norteadoras, os oito capítulos do livro estão organizados da seguinte maneira. Nos três capítulos iniciais a autora apresenta a teoria da

¹ Doutor em Lógica e Metafísica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Professor de Filosofia da Universidade Federal do Cariri (UFCA), Juazeiro do Norte, Ceará, Brasil. E-mail: jose.gladstone@ufca.edu.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3796919927676179>

intencionalidade proposta por Searle, esclarecendo os conceitos aplicados e a estrutura dos estados intencionais. Seu foco é discorrer sobre este tipo de estados mentais e, portanto, não aborda a teoria searleana da mente, denominada Naturalismo Biológico. Posteriormente, os capítulos quatro e cinco tratam sobre o modo como esta teoria permite compreender a intencionalidade enquanto fundamento da linguagem. A terceira parte é composta pelos capítulos seis, sete e oito, quando se discute as respostas que esta perspectiva oferece ao problema do significado e aos problemas da determinação da referência para os nomes próprios e para os termos gerais. Durante toda esta explanação Carvalho contrapõe o pensamento de Searle ao de outros autores para ressaltar proximidades, dificuldades e possíveis soluções alternativas. Seus principais interlocutores são Ludwig Wittgenstein, Saul Kripke e Hillary Putnam. Ao final destas considerações Carvalho conclui apresentado suas respostas às questões supracitadas. No que se segue farei uma exposição sucinta sobre a discussão.

O conceito de intencionalidade constitui o cerne da teoria analisada e é definido pelo filósofo estadunidense como a propriedade característica de muitos estados mentais de se dirigirem a alguma coisa, de se reportarem acerca de algo ou mesmo de serem orientados para um objeto ou estado de coisas no mundo. Podemos entendê-lo como sinônimo de direcionalidade ou tematicidade (*aboutness*). A reinserção deste conceito nas discussões contemporâneas remonta ao menos a Franz Brentano, que retoma a noção de *inexistência intencional* do medievo e caracteriza esta propriedade representacional como o traço distintivo do que chamou de fenômenos psíquicos. “Inexistência intencional” é um termo utilizada para indicar a existência de um objeto intencional apenas enquanto representação mental independentemente de sua materialidade. Esta propriedade, portanto, é a marca do domínio mental. Quanto a isto vemos uma importante ruptura entre Searle e Brentano, uma vez que aquele defende haver estados mentais não-intencionais.

Searle se dedicou ao estudo da intencionalidade por reconhecer nela o fundamento de sua teoria dos atos de fala. Todo ato de fala é, em última instância, uma ação intencional e sua estrutura reflete a estrutura do estado intencional subjacente. Em primeiro lugar, a distinção entre *força ilocucionária* e *conteúdo proposicional* é devida à distinção entre o *modo psicológico* e o *conteúdo intencional*, ou conteúdo representacional, do estado mental. “Modo psicológico” é o análogo mental da força ilocucionária, já “conteúdo intencional” indica o objeto² ou estado de coisas ao qual o estado se refere. Assim, quando realizo o ato ilocucionário

² Searle rejeita quaisquer compromissos ontológicos associados à noção de objeto intencional como aqueles postulados por Alexius Meinong (cf. SEARLE, 2002, p. 23).

assertivo de enunciar a frase “O meu time vencerá o Campeonato Brasileiro”, isto quer dizer que possuo uma crença com esta proposição como conteúdo intencional. Ao realizar o ato diretivo proferindo a ordem “Feche a porta ao sair”, meu estado mental é um desejo cujo conteúdo é especificado por esta proposição. Realizar um ato ilocucionário é expressar um certo estado intencional como sua *condição de sinceridade*.

Outra característica essencial de ambos é o fato de seus conteúdos representarem o que Searle denominou de *condições de satisfação*. Podemos compreender as condições de satisfação como uma espécie de generalização das condições de verdade das proposições. Tratam-se das situações que devem ocorrer para que o estado intencional e o ato ilocucionário sejam bem-sucedidos. Minha crença referente ao meu time e o proferimento que a expressa serão satisfeitas se e somente se de fato o meu time conquistar o título, meu desejo de que a porta seja fechada e a ordem que a expressa serão satisfeitas se e somente se a pessoa a qual me dirigi realizar esta ação. Note-se que as relações que devem se estabelecer entre estes estados intencionais, atos ilocucionários e o mundo obedecem a ordens diferentes, isto é, diferentes *direções de ajuste* estão em jogo nestes exemplos. Por um lado, para que minha crença e o ato assertivo sejam satisfeitos eles devem se adequar a um determinado fato no mundo, por outro lado, para que meu desejo e o ato diretivo sejam satisfeitos um fato no mundo deve se adequar a eles. No primeiro exemplo, a direção de ajuste é mente-mundo/linguagem-mundo. No segundo exemplo, a direção de ajuste é mundo-mente/mundo-linguagem. Enquanto dotados de uma direção de ajuste, todo estado intencional e todo ato ilocucionário que o exprime determinam suas próprias condições de satisfação.

Não obstante, estes estados não existem e não atuam isoladamente, pois as condições de satisfação representadas em seus conteúdos são determinadas apenas através da relação que possuem com outros inúmeros estados intencionais. Para que eu venha a crer no título do meu time, uma sequência de outros estados intencionais têm de tomar lugar. Por exemplo: tenho de crer na existência de um esporte chamado futebol, crer na realização deste campeonato, crer que existe uma instituição para a qual torço e que está nessa disputa, e assim por diante. De forma similar, desejo que a porta seja fechada apenas porque uma sequência de estados intencionais como estes são o caso: creio estar em uma edificação que possui um item chamado porta, que existe uma pessoa à qual dirijo a ordem, que esta pessoa é capaz de realizar a ação e etc. O estado intencional consiste em um elo de uma corrente que impõe condições de satisfação sobre inúmeras outras condições de satisfação. Esta corrente de estados intencionais interligados é denominada por Searle de *rede da intencionalidade* ou simplesmente *rede*.

Todos os elos que compõem a rede de estados intencionais estão alicerçados em um conjunto de capacidades que em si mesmas não são intencionais, mas que são o substrato de toda a intencionalidade. Este substrato é denominado *pano de fundo*, ou *background*. O pano de fundo é um conjunto de capacidades físicas e mentais, práticas e hábitos que são pré-intencionais, ou pré-representacionais, no sentido de serem condição necessária para a posse de todo e qualquer estado intencional. Uma espécie de know-how de aptidões anteriores aos estados intencionais. É importante destacar que dentro deste conjunto Searle distingue o que seria o pano de fundo profundo, que basicamente diz respeito ao conjunto de capacidades oriundas de nossa constituição biológica, e o pano de fundo local, que diz respeito ao conjunto de capacidades e práticas pertencentes à cultura na qual o indivíduo está inserido.

A semelhança entre as estruturas e entre os elementos que estão em jogo na explicação dos estados intencionais e dos atos ilocucionários é apenas o primeiro indício de como esta relação é concebida na teoria. A perspectiva naturalista defendida por Searle considera que os fenômenos intencionais são frutos do processo evolutivo assim como quaisquer outros fenômenos biológicos e, como tal, obedecem a uma ordem de prioridade neste processo. É precisamente sobre isto que Carvalho trata no quinto capítulo, quando expõe que a posse de estados intencionais é anterior à aquisição da linguagem. A linguagem é uma forma mais sofisticada de relacionar-se com o meio e o seu surgimento se deve ao desenvolvimento de estados e processos intencionais mais primitivos, como as percepções e as ações intencionais³. O principal argumento mencionado por Searle (2002, p. 7 e 223) segue um projeto explicativo bastante difundido na etologia cognitiva e na psicologia do desenvolvimento, consistindo em explicar padrões comportamentais e cognitivos de crianças em fase pré-linguística atribuindo-lhes estados intencionais incipientes dotados de conteúdo representacional. Em linhas gerais, este argumento parte do reconhecimento de que crianças recém-nascidas, assim como animais de diversas espécies, possuem sistemas sensoriais significativamente similares aos dos seres humanos adultos. Em que pese o fato de as crianças ainda estarem em fase de desenvolvimento e os animais possuírem características fisiológicas diferentes das nossas, a constatação da interação destes indivíduos com o meio e a transmissão de características ao longo da linha evolutiva do reino animal sugerem que eles devem instanciar ao menos algumas experiências perceptivas com conteúdos representacionais análogos aos nossos. Contudo, estes indivíduos não possuem capacidades linguísticas ou, na melhor das hipóteses, possuem um repertório

³ Para Searle, até mesmo algumas crenças simples seriam anteriores à aquisição da linguagem.

conceitual muito rudimentar. Partindo destas premissas, conclui-se que é possível ter estados intencionais não linguisticamente estruturados.

Apesar de Searle não adotar a mesma terminologia, cabe aqui fazer um parêntese e ilustrar que sua argumentação o aproxima de autores como José Bermúdez, Christopher Peacocke, Fred Dretske e Michael Tye. Tais autores compartilham a ideia de que alguns estados mentais possuem *conteúdos não-conceituais*, isto é, a ideia de que alguns estados mentais são capazes de representar o mundo apesar de seus portadores não disporem dos conceitos necessários para a especificação canônica de suas condições de satisfação. A noção de conteúdo não-conceitual é utilizada em filosofia da mente com o intuito de caracterizar diferentes tipos de estados mentais, em especial as percepções. A principal justificativa para o não-conceitualismo (cf. BERMÚDEZ, 2007, p. 60) consiste em contrastar as capacidades discriminatórias da percepção e as capacidades conceituais dos indivíduos. O conteúdo representacional veiculado pelas experiências perceptivas possui grande especificidade e riqueza de detalhes, no entanto, este elevado grau de refinamento está muito além das nossas capacidades conceituais. Indiscutivelmente, somos aptos a perceber estímulos para os quais não dispomos de conceitos apropriados para classificá-los. Como corolário, o conteúdo representacional das percepções é independente de nosso repertório conceitual. Para se discriminar todos os objetos e propriedades do ambiente não se faz necessário possuir qualquer conceito correspondente. Assim como Searle, Bermúdez (2007) e Peacocke (1999) também afirmam que há uma ordem de prioridade entre estados intencionais. Segundo estes autores, os conteúdos não-conceituais das experiências perceptivas são explicativamente mais básicos do que os conteúdos de estados intencionais compostos por conceitos observacionais ou demonstrativos. A aquisição, posse e aplicação destes tipos de conceitos é uma função das capacidades discriminatórias possibilitadas pelos conteúdos não-conceituais veiculados pela percepção.

Embora sejam estados intencionais mais básicos, Searle afirma que a aquisição gradual da linguagem exerce influência sobre eles. A interação entre estes estados e estados linguisticamente estruturados possibilita a ampliação das capacidades intencionais do indivíduo. De fato, há uma imensa variedade de formas de intencionalidade que são possíveis apenas em virtude das relações cada vez mais complexas proporcionadas pelo desenvolvimento da linguagem.

Admitir que há estados intencionais mais básicos do que os estados linguisticamente estruturados, ou seja, que há estados mentais capazes de representar o mundo antes do indivíduo

se tornar linguisticamente competente, não compromete necessariamente a teoria da linguagem de Searle com alguma forma de psicologismo. Como explicitado por Carvalho em diversas passagens, Searle recai em um psicologismo porque, em sua perspectiva, o significado e a referência das expressões linguísticas são explicados em termos de nossos estados intencionais. Os conceitos semânticos devem ser analisados em termos de conceitos intencionais. Em outras palavras, a capacidade dos atos de fala de representarem e agirem no mundo é uma extensão das capacidades mentais que auxiliam o sujeito a relacionar-se com o mundo. Há uma relação de dependência lógica da linguagem para com a intencionalidade, de modo que uma teoria da linguagem é completa quando esclarece esta relação.

O problema da significação consiste em tornar compreensível como dotamos de significado sinais gráficos e sons. De que forma a emissão de certos ruídos se torna um ato ilocucionário? Resumidamente, a resposta que Searle nos oferece é que nossos estados mentais impõem sua intencionalidade intrínseca aos sinais gráficos e sons emitidos de forma que estes adquirem as mesmas condições de satisfação do estado intencional expresso. Por conseguinte, as expressões linguísticas se tornam significativas em virtude de possuírem intencionalidade derivada da intencionalidade intrínseca da mente, uma vez que o falante impõe as condições de satisfação de seu estado mental (condição de sinceridade) às condições de satisfação do ato de fala proferido.

Isto se torna possível em virtude da ocorrência de um duplo nível de intencionalidade na realização do ato de fala. O primeiro diz respeito ao estado intencional expresso pelo ato ilocucionário (condição de sinceridade). O segundo nível, denominado intenção de significação, diz respeito à intenção requerida para proferir o ato ilocucionário. É exatamente da intenção de significação que transmite ao conteúdo do ato ilocucionário as mesmas condições de satisfação que compõem o conteúdo do estado intencional do primeiro nível. Assim, é a intenção de significação que provê as propriedades semânticas dos sons e sinais gráficos na medida em que fixa nestes as mesmas condições de satisfação do estado intencional e, desta maneira, transfere a eles a intencionalidade derivada. Na intenção de significação deve-se ainda distinguir a intenção de representar, que se trata do objetivo que os falantes possuem de retratar fatos ou estados de coisas por meio da linguagem, e a intenção de comunicação, que se trata da intenção de fazer com que o interlocutor compreenda que o ato ilocucionário pretende representar algo.

A partir de sua exposição minuciosa, Carvalho conclui que a teoria searleana é uma forma de psicologismo. A centralidade atribuída aos estados intencionais nesta análise da

linguagem é um claro exemplo desta tendência, uma vez que assume como fundamento do significado das expressões linguísticas estados que são, por definição, representações mentais subjetivas, que possuem estatuto ontológico de primeira pessoa (cf. SEARLE, 2006, p. 141). Contudo, se pergunta a autora, o psicologismo é uma consequência inevitável para a análise da semântica? Para chegar a esta resposta, nos dois últimos capítulos de sua obra Carvalho se dedica a examinar a segunda questão que norteou sua reflexão, a saber: a intencionalidade é um componente necessário para a determinação do significado e da referência? São discutidas algumas objeções que põem em xeque a relevância que esta teoria atribui aos estados intencionais no que diz respeito à fixação da referência de nomes próprios e dos termos gerais. Estas objeções parecem justificar uma resposta negativa às questões levantadas.

Searle considera a abordagem descritivista de Frege a maneira mais promissora para lidar com as questões relativas aos nomes próprios. A ideia de que, além do uso referencial, os nomes próprios também possuem um sentido que consiste em certa *descrição definida* associada a ele pelo falante apresenta considerável capacidade explicativa, pois soluciona alguns enigmas. Dentre estes enigmas podemos citar: (1) o valor de verdade de sentenças existências como, por exemplo, “João Grilo não existe”; e (2) o ganho cognitivo proporcionado por sentenças de identidade, tais como “Antônio Gonçalves da Silva é o Patativa do Assaré”. Não obstante, Searle é ciente das limitações da teoria descritivista derivada de Frege e Russell. Se assumirmos que nomes próprios são equivalentes a (ou abreviam) descrições definidas, então deverá existir uma única descrição equivalente a cada nome. Porém, evidentemente, os falantes associam diversas descrições ao mesmo nome. Outra dificuldade decorrente desta suposta equivalência é que sentenças como “Ariano Suassuna é o autor de Auto da Compadecida” deveriam ser consideradas sentenças analíticas, mas é evidente que não são.

Diante disto, o autor propõe uma versão mais branda de descritivismo alinhada à sua teoria geral da intencionalidade. Os nomes próprios possuem a capacidade de referir em virtude de sua associação a um conteúdo intencional suficiente, que consiste na disjunção de descrições definidas que representam as propriedades habitualmente atribuídas ao objeto. Em outras palavras, um nome próprio expressa um feixe suficiente e vago de descrições de identificação geralmente atribuídas ao objeto. Segundo Searle, as *descrições de identificação* que compõem o conteúdo intencional não precisam ser necessariamente descrições definidas propriamente ditas, mas podem ser o conteúdo de experiências perceptivas. Resulta desta reformulação da teoria, portanto, que um nome próprio se refere a um objeto quando este satisfaz um número suficiente de descrições definidas que compõem o conteúdo intencional. A referência é

determinada pela satisfação de condições representadas no conteúdo intencional disjuntivo. Uma vez fixada a referência, um indivíduo pode utilizar o nome através do que Searle denominou de referência parasitária, isto é, associando a um nome X apenas o conteúdo intencional (descrição de identificação) “o objeto chamado X em minha comunidade.”

Saul Kripke apresentou sérias dificuldades que atingem todas as versões do descritivismo. Carvalho menciona muito rapidamente a perspectiva de Kripke, o que, sem dúvidas, é uma falha de seu livro. Em linhas gerais, este autor argumenta que é preciso distinguir a questão acerca do significado dos nomes próprios da questão da determinação de sua referência. Quanto à primeira questão, nomes próprios não expressam o significado do feixe de descrições definidas que formam o conteúdo intencional, pois ambos possuem comportamento modal distinto. Kripke alega que, em razão disto, os nomes são mais bem compreendidos como *designadores rígidos*, ou seja, termos que se referem ao mesmo objeto em todos os mundos possíveis nos quais ele existe. Por sua vez, o autor busca responder à segunda questão através de uma relação causal externa, não pressupondo a influência de estados intencionais. Haja vista que a tese da designação rígida demonstra a possibilidade metafísica de o objeto não satisfazer o feixe de descrições definidas associadas a ele, então este conteúdo intencional não é suficiente para determinar a referência. Kripke sugere que a referência de um nome é fixada por uma *cadeia causal comunicativa* originada em um batismo inicial e prossegue ao longo dos elos formados na comunidade. É importante destacar que, assim como o descritivismo, esta explicação causal não é condição suficiente para determinar a referência.

Quanto à ideia de que os estados intencionais determinam a referência dos termos gerais, Putnam apresenta uma forte objeção com base em seu experimento de pensamento da Terra Gêmea. De acordo com este autor, o internalismo semântico exemplificado pela teoria de Searle pode ser resumido em três teses: (1) conhecer o significado de uma palavra ou expressão consiste em estar em determinado estado psicológico; (2) o significado (intensão) determina a referência (extensão); e (3) os estados psicológicos determinam a referência. Putnam argumenta que (1) e (2) não podem ser sustentadas simultaneamente e que (3) é falsa. Para demonstrar isto, recorre a uma situação metafisicamente possível na qual estados intencionais do mesmo tipo determinam referências diferentes.

Imaginemos um planeta idêntico ao nosso, chamado Terra Gêmea, no qual habitam seres que são cópias exatas dos seres humanos, molécula por molécula, e que falam as mesmas línguas que falamos na Terra. O líquido a que aqueles seres chamam de “água” possui as mesmas características superficiais do líquido que os terráqueos chamam de “água”, no entanto,

em nenhum dos dois planetas a química é uma ciência plenamente desenvolvida. De modo que em nenhum destes planetas os indivíduos sabem que a composição química do líquido presente na Terra Gêmea é XYZ e que a composição química do líquido presente na Terra é H₂O. Sendo assim, quando o indivíduo A na Terra utiliza o termo “água”, ele se refere a uma substância composta por moléculas de H₂O, já sua cópia na Terra Gêmea se refere a uma substância composta por moléculas de XYZ quando usa o mesmo termo. Posto que são fisicamente indiscerníveis, ambos instanciam estados intencionais do mesmo tipo, porém se referem a objetos distintos. Este experimento nos permite inferir, portanto, que a referência de termos gerais não é determinada apenas em virtude dos estados intencionais do falante.

Segundo Putnam, se a intensão não determina a extensão das expressões linguísticas, então “os significados não estão na cabeça”. Isto é, a referência destes termos é fixada pelas relações causais apropriadas que os indivíduos mantêm com o ambiente externo. A diferença nos contextos de uso resultou em diferentes referentes. Em outras palavras, o externalismo semântico de Putnam defende que a semântica de termos de tipos naturais, como é o caso de “água”, se assemelha à semântica de termos indexicais. Uma das principais réplicas que Searle dirigiu a esta objeção consiste em afirmar que este argumento apenas substitui um conteúdo intencional formado por um conglomerado de conceitos por um conteúdo intencional indexical. Consequentemente, segue Searle, os significados ainda estariam na cabeça e seriam os responsáveis por determinar a referência. Em que pese esta réplica, a objeção levantada por Putnam constitui um sólido alicerce para rejeitarmos a ideia de que nossos estados intencionais são elementos suficientes para fixar a referência dessas expressões.

Carvalho nos mostra que a argumentação de Putnam é fortemente influenciada pelo pensamento do segundo Wittgenstein. Ao longo das Investigações Filosóficas, o autor argumenta incisivamente contra concepções semelhantes ao internalismo de Searle, opondo-se a concepções que interpretam a compreensão do significado de expressões linguísticas como a posse de determinados estados mentais. Entretanto, na análise que apresenta acerca do pensamento deste autor no final do oitavo capítulo e na conclusão, Carvalho explicita que é possível depreendermos de Wittgenstein uma objeção ainda mais robusta do que aquela exposta por Putnam. De acordo com o filósofo austríaco, não há quaisquer componentes necessários ou suficientes para a determinação do significado e da referência das expressões linguísticas.

É importante deixar claro que, diferentemente de Searle, Wittgenstein entende que a própria natureza da linguagem impede a elaboração de uma análise sistemática. Segundo este autor, não há uma essência subjacente à linguagem, nem mesmo um número limitado de formas

como podemos utilizá-la, como se supôs posteriormente na teoria dos atos de fala. Ao contrário, ela se caracteriza como uma prática social extremamente diversificada, de modo que o que denominamos por linguagem é, na verdade, uma pluralidade de *jogos de linguagem*. Esta noção é fundamental para a análise proposta, pois sugere que a linguagem não é algo por meio do qual expressamos estados intencionais, mas uma atividade que, análoga aos jogos, é regida por um conjunto de regras e convenções. Assim como toda a diversidade de atividades cotidianas que denominamos em geral como jogos, as atividades linguísticas são orientadas por regras que, em alguns casos, são articuladas de maneira pouco formal e são tacitamente aceitas, já em outros casos são formais e claramente determinadas. Em razão de tamanha heterogeneidade, é impossível designar um ponto em comum a todas, uma característica partilhada por todos os estes jogos que justifique suas intersecções e os tornem exemplos de “linguagem”. Para Wittgenstein, o que há são *semelhanças de família*. Certos parentescos que ilustram a proximidade existente entre alguns jogos de linguagem.

Entendida enquanto prática social, o significado das expressões linguísticas é estabelecido por seu *uso* no jogo de linguagem. Completamente oposta ao pensamento de Searle, esta perspectiva não atribui o significado a uma entidade mental e subjetiva. Os sinais gráficos que escrevemos no papel e os nossos proferimentos não se tornam significativos por expressarem a intencionalidade intrínseca dos estados mentais do falante. De acordo com Wittgenstein, estes sinais gráficos e proferimentos são semelhantes a peças que usamos para fazer determinados movimentos segundo as regras convencionalmente estipuladas dos jogos de linguagem. O que define um jogador de futebol como goleiro, ou uma peça de xadrez como cavalo, são as ações permitidas de acordo com as regras instituídas. O mesmo ocorre com a linguagem, o que define o significado de um termo são as regras que orientam o seu uso. Perguntar-se pelo significado de uma expressão é se perguntar pela função que ela exerce em uma prática social específica, é questionar qual o seu uso correto no contexto conversacional. A linguagem é uma prática social e, como tal deve ser pensada fundamentalmente no modo como se articula nas relações entre os indivíduos.

Em consequência desta perspectiva, compreender o significado de uma expressão linguística é saber como empregá-la adequadamente em um jogo de linguagem. Tais expressões são espécies de instrumentos cujas funções são socialmente definidas, e há certas situações apropriadas e outras inapropriadas para o seu uso. A linguagem é uma atividade que realizamos de acordo com regras estabelecidas no contexto social. Isto posto, fundamental para explicar a determinação do significado é a noção de *regra*. Em síntese, esta noção pode ser interpretada

em Wittgenstein como padrões de correção que determinam o significado e a referência dos termos, pois orienta o comportamento linguístico adequado a cada jogo. Quando um indivíduo usa corretamente uma expressão e, em razão disto, dizemos que ele seguiu uma regra, isto implica dizer que o indivíduo se adequou a uma prática social. Ou seja, o indivíduo agiu segundo critérios objetivos e públicos. Portanto, não é necessário supor o envolvimento de elementos subjetivos para a determinação do significado e da referência da linguagem. Ainda que, para este autor, não possamos definir as condições suficientes e necessárias envolvidas nestas determinações, pois a heterogeneidade da linguagem impede que fixemos a gramática destas noções, as regras que conduzem o uso das expressões nos diferentes contextos conversacionais são critérios objetivos que asseguram esta fundamentação.

Antes de concluir é preciso fazer duas breves observações. Estes últimos parágrafos são indicativos que nos permitem esboçar o denominado argumento (contra a) da linguagem privada. Sendo a linguagem uma prática social na qual as expressões que usamos se tornam significativas em virtude de seguirmos regras públicas que regem as circunstâncias de uso, é impossível a existência de uma linguagem privada. Se o significado das expressões fosse determinado subjetivamente pelo falante, então não haveria propriamente critérios de correção. É impossível seguir regras privadamente. A segunda observação a ser feita é que, para Wittgenstein, a frase amiúde afirmada por Searle de que “os significados estão na cabeça” não faz sentido. Primeiramente, porque, em consonância com a observação anterior, o significado é determinado apenas no uso em certos contextos sociais, nunca subjetivamente. Em segundo lugar, porque a suposição de que há uma espécie de mundo interior e subjetivo no qual estão localizados os significados é mais um exemplo do enfeitiçamento provocado pelos termos mentalistas. Não obstante, talvez possamos interpretar esta frase de maneira mais coerente com o pensamento de Searle se recorrermos à distinção entre veículo representacional e conteúdo representacional. Visto que Searle reconhece que estados intencionais são fenômenos biológicos causados pela atividade eletroquímica ocorrida no cérebro (são causalmente redutíveis), podemos dizer neste sentido que os veículos representacionais estão na cabeça. Contudo, nenhum exame da atividade cerebral é capaz de revelar o conteúdo representacional associado a estes processos. Logo, na cabeça teríamos apenas os veículos representacionais, não seus conteúdos.

Em suma, a argumentação defendida por Carvalho explicitou que a teoria da linguagem proposta por Searle se caracteriza como uma perspectiva psicologista. A centralidade que os estados intencionais desempenham nesta análise, porém, nos conduz a reconhecer que o

significado e a referência das expressões linguísticas estariam fundamentados apenas em critérios subjetivos. Assim, a autora passa a avaliar se há sólidas razões que corroborem a admissão desta teoria investigando se a intencionalidade é realmente um componente necessário para a determinação do significado e da referência. Entretanto, as objeções apresentadas por Kripke, Putnam e, principalmente, Wittgenstein refutam qualquer função essencial exercida pela intencionalidade neste processo. Em Wittgenstein identificamos claramente uma proposta contrária, de acordo com a qual apenas critérios objetivos e públicos estão em jogo. A partir destas reflexões, Carvalho rejeita teorias psicologistas, como é o caso em Searle, como alternativas satisfatórias para responder a estes problemas da filosofia da linguagem.

Linguagem e intencionalidade não se limita à exposição panorâmica deste tema em Searle. Trata-se de uma investigação crítica acerca de uma teoria de grande relevância que aborda uma série de problemas centrais para a filosofia. Desta forma, sua leitura é recomendada tanto para aqueles que pretendem iniciar o estudo sobre essas discussões como também para pesquisadores das áreas de filosofia da linguagem e filosofia da mente.

Referências

BERMÚDEZ, J. What is at stake in the debate on nonconceptual content? *Philosophical Perspectives*, n. 21, p. 55-72, 2007.

CARVALHO, J. M. *Linguagem e intencionalidade*. Guarapuava: Apolodoro Virtual Edições, 2019.

PEACOCKE, C. *A study of concepts*. Cambridge, Massachusetts: Bradford Books, MIT Press, 2ª edição, 1999.

SEARLE, J. *Intencionalidade: um ensaio em filosofia da mente*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2002.

SEARLE, J. *A redescoberta da mente*. 2. ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2006.

WITTGENSTEIN, L. *Investigações filosóficas*. São Paulo: Abril Cultural, 1975 (Os pensadores).